

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Ant" and "SB"]*

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a trigésima quinta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Margarida Caeiro Vasco e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e Maria Jacinta Cardoso Grilo, Técnica Superior, designada para secretariar as reuniões do órgão executivo, na ausência do trabalhador a quem incumbem essas funções. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Interveio a Sra. Vereadora Sandra Braz para dar a conhecer que marcou presença numa reunião no Instituto Nacional para a Reabilitação, em Lisboa, com o Diretor do Agrupamento de Escolas de Cuba que teve como objetivo acertar pormenores para a cerimónia oficial de entrega de prémios do Concurso "Escola Alerta 2014/2015" que irá ocorrer em Cuba. -----

**BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2015:**  
**369.552,58 €.** -----

#### **DELIBERAÇÕES DIVERSAS:** -----

##### **1. SERVIÇOS FINANCEIROS – ALTERAÇÃO N.º 2 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S PARA O ANO FINANCEIRO DE 2015.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 12/2015, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respetiva execução do Dec-Lei n.º 54-A/99), a modificação ao orçamento e às GOP's. -----

Na alteração n.º 2 ao orçamento e GOP'S, as modificações no orçamento da despesa ocorreram para fazer face a reforços de cabimentação anual e para fazer face ao lançamento de procedimentos de aquisição de bens (produtos químicos para as piscinas municipais), bem como para corrigir a dotação anual do procedimento do gás. Foi reforçada a rubrica de consultadoria, para fazer face a despesa relacionada com o acompanhamento das taxas e licenças, estudo do EVEF do projeto do Parque empresarial, também foi reforçada a rubrica de aquisição de vestuário e artigos pessoais, de modo a serem adquiridos equipamentos necessários. -----



**O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos:** -----

01 111 2002/2- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um ar condicionado e cadeiras; -----

02 232 2015/12- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de contentores; -----

02 244 2002/31- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um coletor aspiração "grundfos "; -----

02 251 2002/44 ações 1 e 2- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de casas de banho portáteis e reforço da verba para aquisição de ar condicionado para a Biblioteca Municipal; -----

02 252 2002/53 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um circulador para aquecimento do ar da nave – piscina coberta ( transferência entre rubricas); -----

02 252 2004/4- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto; -----

03 310 2002 /56 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à cabimentação do procedimento de aquisição de inertes; -----

03 331 2002/61 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à cabimentação do procedimento de aquisição de inertes; -----

03 331 2002/64- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de sinalização diversa e para a reativação dos semáforos da Rua 1º de Maio; -----

**As Atividades Mais Relevantes sofreram modificação (reforços) nos seguintes projetos:** -----

01 111 2014/5010 ações 1 e 2- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com a manutenção das aplicações da AIRC; -----

01 121 2002/5009- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto (protocolo bombeiros); -----

01 121 2002/5010- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto (protocolo bombeiros); -----

02 211 2007/5004 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à cabimentação anual das despesas com comunicações; -----

02 212 2014/5003- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto (acréscimo do nº de bolsas); -----

02 232 2014/5014 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a despesa com duas candidaturas aos projetos sociais; -----

02 251 2002/5031 ações 2 e 4 e 5- O reforço ocorreu para fazer face a despesas relacionadas com o carnaval; -----

04 420 2002/5061 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com as transferências para a Assembleia distrital. -----

A Câmara, por maioria com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, delibera aprovar a Alteração n.º 2 ao Orçamento e às GOP's para o ano económico de 2015. -----

**2. ANA CRISTINA VILHENA REBELO – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ALARGAMENTO DE HORÁRIO.** -----

Solicita a Sr.ª Ana Cristina Vilhena Rebelo, licença especial de ruído (1) do dia 13 ao dia 17 de fevereiro das 21 horas às 4,00 horas e os respetivos alargamentos de horário (2), até às 4 horas dos cinco dias considerados, para realização de festas por ocasião do Dia dos Namorados e Carnaval, no Café Cubense, em Cuba. -----

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.*



A Câmara, por unanimidade, tendo-se ausentado o Sr. Vice-Presidente por impedimento dada a relação de afinidade com a requerente, com base na Informação nº 15/2015, da Subunidade Administrativa e de acordo com a deliberação tomada no período de antes da ordem do dia da reunião de Câmara de 05 de fevereiro de 2014 sobre a isenção do pagamento de taxas no período das festividades carnavalescas, delibera atender a pretensão da requerente, concedendo a licença especial de ruído, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído, e simultaneamente autorizar o alargamento de horário. -----

Mais delibera a Câmara, também por unanimidade, informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o município. -----

### **3. GRUPO CORAL AMIGAS DO CAMPO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----**

Solicita o Grupo Coral Amigas do Campo, licença especial de ruído para a realização de um baile de Carnaval, no dia 14 de fevereiro de 2015, no horário compreendido entre as 22.00 e as 05.00 horas, bem como a isenção das respetivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 16/2015, da Subunidade Administrativa e de acordo com a deliberação tomada no período de antes da ordem do dia da reunião de Câmara de 05 de fevereiro de 2014 sobre a isenção do pagamento de taxas no período das festividades carnavalescas, delibera atender a pretensão da requerente, concedendo a licença especial de ruído, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído, e simultaneamente autorizar o alargamento de horário. -----

Mais delibera a Câmara, também por unanimidade, informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o município. -----

### **4. APOIOS SOCIAIS. LEONOR OLIVEIRA TAVARES. APOIO ALIMENTAR E APOIO PARA GÁS. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, suportado no novo Regulamento inerente ao Programa de Emergência Social, autoriza a concessão de apoio à Sr.ª Leonor Oliveira Tavares para aquisição de alimentos no valor de € 50,00 e aquisição de uma garrafa de Gás no valor de 27,00€. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

### **5. APOIOS SOCIAIS. MARIA ROSA REAL. APOIO ALIMENTAR. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, suportado no novo Regulamento inerente ao Programa de Emergência Social, autoriza a concessão de apoio à Sr.ª Maria Rosa Leal para aquisição de alimentos no valor de € 50,00. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "H", "Mto", "SB", "Duro", and "Pelo"]*



*motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----*

**6. APOIOS SOCIAIS. CARLA ALEXANDRA TRINDADE SERRADOR. APOIO PARA GÁS. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, suportado no novo Regulamento inerente ao Programa de Emergência Social, autoriza a concessão de apoio à Sr.ª Carla Alexandra Trindade Serrador para aquisição de garrafa de gás no valor de € 28,00. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----*

**7. APOIOS SOCIAIS. MARIA DE JESUS DOS SANTOS LUZ. APOIO PARA GÁS. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, suportado no novo Regulamento inerente ao Programa de Emergência Social, autoriza a concessão de apoio à Sr.ª Maria de Jesus dos Santos Luz para aquisição de garrafa de gás no valor de € 27,00. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----*

**8. ANA JÚLIA ENGUIÇA LANDUM LAMEIRA. CERTIDÃO COMPROVATIVA DE QUE A CÂMARA PRESCINDE DO DIREITO DE REVERSÃO DO PRÉDIO SITO NA RUA NATÁLIA CORREIA, EM CUBA. -----**

Solicita a Sra. Ana Júlia Enguiça Landum Lameira certidão comprovativa de que a Câmara prescinde do direito de reversão do prédio sito na Rua Natália Correia, em Cuba, local anteriormente denominado Courelas da Igreja, com uma área de 299m<sup>2</sup> adquirido em escritura datada de 15.10.1986. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera dar provimento ao requerimento e prescindir do direito de reversão do prédio sito na Rua Natália Correia, em Cuba, local anteriormente denominado Courelas da Igreja, com uma área de 299m<sup>2</sup> adquirido em escritura datada de 15.10.1986. -----

**9. ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BEJA. COMPARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA 2015. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14 DE JANEIRO DE 2015. -----**

Foi presente à Câmara, o mapa demonstrativo das comparticipações devidas pelos municípios associados da CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo durante o ano económico de 2015 no valor de 4.748,00€, documento que se anexa à presente ata e se dá por integralmente reproduzido. -----



A Câmara, por unanimidade, com base na informação nº 11/2015 dos Serviços Financeiros delibera, que durante o ano de 2015 se proceda ao pagamento da comparticipação mensal devida pelo município de Cuba no valor de € 396,00€ até ao dia 20 do mês a que respeitam. -----

Este valor ficará disponível aquando da aprovação da Alteração nº 2 ao Orçamento da Despesa e GOP's submetida a deliberação nesta mesma reunião de Câmara, cuja rubrica contemplará um reforço com dotação suficiente para acolher a despesa. -----

**10. CAMPANHA DE DINAMIZAÇÃO DO COMÉRCIO TRADICIONAL "+ COMÉRCIO + CUBA" – 2ª EDIÇÃO. PRÉMIOS A ATRIBUIR NO ÂMBITO DO PASSATEMPO DE NATAL. METODOLOGIA A ADOTAR.** -----

Foi presente à Câmara, Informação nº 01/2015 do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento relativa à metodologia a adotar na entrega dos prémios sorteados no âmbito do Passatempo de Natal 2014. -----

A Câmara, por unanimidade, com, base na referida informação delibera: -----

1) - Que, o primeiro prémio, no valor de 250,00€ seja atribuído à vencedora, a Sra. Elisa de Lurdes das Dores Nunes Pólvora, mediante a apresentação de faturas de compras, a efetuar exclusivamente nas lojas aderentes até à data limite de 30 de junho de 2015, nos serviços financeiros deste município. -----

2) - Que os dois segundos prémios, sejam atribuídos mediante a entrega de vouchers de estadia no valor de 60,00€ e de refeição no valor de 20,00€, aos vencedores que deverão apresentar os mesmos junto dos estabelecimento de alojamento e restauração do concelho à sua escolha e posteriormente deverão os proprietários dos referidos estabelecimentos solicitarem à Câmara, nos serviços financeiros, o pagamento da despesa efetuada (estadia ou refeição). -----

3) – Que os três terceiros prémios, no valor total de 15,00€, sejam entregues aos vencedores em data e hora a acordar com os mesmos mediante contacto prévio com a marca "Filhos da Tradição", entidade externa ao município que cedeu os mesmos. -----

4) – Que o encargo do Município em virtude da aplicação do Imposto do Selo, passa a ser o seguinte: -----

1º Prémio – 337,50€; -----

2ºs Prémios – 232,00€; -----

3ºs Prémios – 21,75€. -----

**11. NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO PASSATEMPO DO DIA DOS NAMORADOS DENOMINADO "APAIXONE-SE POR CUBA". NECESSIDADE DE APROVAÇÃO POR PARTE DO ÓRGÃO COMPETENTE. PRÉMIOS A ATRIBUIR NO ÂMBITO DO REFERIDO PASSATEMPO. METODOLOGIA A ADOTAR.** -----

Foi presente à Câmara, Informação nº 02/2015 referente à necessidade de aprovação por parte do órgão competente das Normas de Funcionamento da iniciativa do Dia dos Namorados denominada "Apaixone-se por Cuba" bem como da metodologia a adotar na atribuição dos prémios. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação, delibera: -----

1) - Ao abrigo da alínea k) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as Normas de Funcionamento da iniciativa do Dia dos Namorados denominada "Apaixone-se por Cuba". -----



2) – Que o primeiro prémio, seja atribuído mediante a entrega de um voucher de estadia no valor de 60,00€ e um de refeição no valor de 20,00€, aos vencedores que deverão apresentar os mesmos junto dos estabelecimento de alojamento e restauração do concelho à sua escolha e posteriormente deverão os proprietários dos referidos estabelecimentos solicitarem à Câmara, nos serviços financeiros, o pagamento da despesa efetuada (estadia ou refeição). -----

3) - Que o segundo prémio, seja atribuído mediante a entrega de vouchers de refeição no valor de 20,00€, aos vencedores que deverão apresentar o mesmo junto de um estabelecimento de restauração do concelho à sua escolha e posteriormente deverá o proprietário do referido estabelecimento solicitar à Câmara, nos serviços financeiros, o pagamento da despesa efetuada. -----

4) - O terceiro prémio será entregue aos vencedores em data e hora a acordar com os mesmos mediante contacto prévio. -----

5) – Que o encargo do Município mediante a aplicação do Imposto do Selo, é o seguinte: -----

1º Prémio – 116,00€; -----

2º Prémio – 29,00€; -----

3º Prémio – 1,45€. -----

## 12 - AUTO DE VISTORIA PARA RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO N.º 01/2009, CUJO PROMOTOR É LUIS MIGUEL ALVES SILVA.-----

Foi presente à Câmara o auto de vistoria efetuado ao loteamento cujo promotor foi o Dr.º Luis Silva visando propor ao órgão executivo a receção provisória daquela infraestrutura.-----

A Câmara, tendo por base o relatório da comissão de vistoria delibera por unanimidade, o seguinte:-----

1.º - Efetuar a receção provisória parcial da operação de loteamento a que respeita o presente auto, nas condições e premissas nele exaradas, isto é, com exclusão da receção da Rede de Gás e das Zonas Verdes Coletivas;-----

2.º - Propor à Câmara Municipal que deliberar que seja **entregue imediatamente nova caução**, agora no montante de **14.537,47€ (catorze mil quinhentos e trinta e sete euros e quarenta e sete cêntimos)**, em sintonia com o n.º 5 do art.º 54.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de setembro, o que equivale a 10% da caução inicial, acrescida dos trabalhos não recebidos, uma vez que à autarquia é vedada a possibilidade de efetuar reduções à garantia inicial que excedam 90% do seu valor, já totalizados todos os trabalhos executados ou a executar;-----

2.1.º - A nova caução deverá ser prestada a favor da Câmara Municipal de Cuba, **mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, manifestação que deverá constar expressamente do título**, bem como o facto de que a mesma será válida até à receção definitiva da obra, a ocorrer decorridos cinco anos da presente data, se não houver anomalias a registar, podendo os valores provenientes dos trabalhos agora não rececionados serem reduzidos logo que os mesmos sejam recebidos.-----



3.º - A Câmara Municipal que através dos seus serviços adequados deve divulgar de forma eficaz as obrigações adstritas aos requerentes de alvarás de construção para o presente loteamento em sintonia com os n.ºs 1 e 2 do art. 86.º do RJUE.-----

4.º - Determinar que a recepção produza efeitos à data da entrega da garantia bancária em cima enunciada.-----

### 13. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE VILA ALVA". -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e o Grupo Cultural e Desportivo de Vila Alva. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando que, o Centro Cultural e Desportivo de Vila Alva tem prestado um bom serviço na promoção e divulgação do desporto, bem como de outras atividades culturais e recreativas, contribuindo assim para divulgar o nome do Concelho em todos os locais aonde se desloca; Considerando o interesse a nível desportivo, cultural e recreativo das atividades desenvolvidas por este Centro, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

#### 1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba ao Centro Cultural e Desportivo de Vila Alva, para que este possa levar a efeito a sua atividade. -----

#### 2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 1.300,00 respeitante a verbas correntes, distribuído da seguinte forma: -----

- €800,00 para a secção desportiva; -----

- €500,00 para a secção cultural – “Grupo Animar Vila Alva”. -----

#### 3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas. -----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite. -----

#### 4ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno. -----

#### 5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes. -----

#### 6ª



O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito. -----

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas. -----

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias. -----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitadas acerca da execução do protocolo. -----

9ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser. -----

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo. -----

#### **14. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA.** -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando: -----

a) Os relevantes interesses serviços de interesse público prestados pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cuba em prol da população do concelho de Cuba; -----

b) As constantes dificuldades financeiras com que esta instituição se depara para poder manter em funcionamento os serviços que tão magnanimamente presta; -----

c) Que tem sido apanágio desta Câmara Municipal prestar todo o apoio ao seu alcance para que tão nobre missão prossiga os seus fins; -----

d) Que, no âmbito das suas competências em matéria de proteção civil, a Câmara Municipal tem custeado todas as despesas com o telefonista de apoio à central de proteção civil; -----

No âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cuba, para que este possa levar a efeito a sua missão de relevante interesse público, designadamente; -----

a) O combate a incêndios; -----

b) O socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abaloamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades; -----

c) O socorro a naufragos e buscas subaquáticas; -----

H-

AS.

pl

MBR



d) O socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, a prevenção contra incêndios em edifícios públicos, casas de espetáculos e divertimento público e outros recintos, mediante solicitação e de acordo com as normas em vigor, nomeadamente durante a realização de eventos com aglomeração de público; -----

e) A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros; -----

f) A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas; -----

g) A participação noutras ações para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos; -----

h) O exercício de atividades de formação cívica, com especial incidência nos domínios da prevenção contra o risco de incêndio e outros acidentes domésticos. -----

## 2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 64.115,72, sendo €51.697,38 respeitante a verbas correntes e € 12.000,00 a verbas de capital. -----

2. As verbas correntes destinam-se aos seguintes fins: -----

a) € 31.916,39, para os fins que a AHBVC entender adequados; -----

b) € 13.083,61, para pagamento dos encargos com o telefonista de apoio à central de proteção civil; -----

c) € 2.375,00, para organização da tradicional corrida de toiros por ocasião da Feira Anual de Cuba; -----

d) €4.740,72 Para pagamento de seguros. -----

3. A comparticipação referida no numero um efetuar-se-á da seguinte forma: -----

a) Transferências correntes mensais de € 3.750,00, exceto as verbas indicadas na alínea c), que será paga numa única fração antes da realização do evento; -----

b) Transferências de capital pontualmente e de acordo com as necessidades do 2º outorgante. -----

d) Pago diretamente à Companhia de seguros. -----

## 3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas; -----

2. O 2º outorgante compromete-se a colaborar em todos os eventos realizados pelo 1º outorgante; -----

3. O 2º outorgante compromete-se a ceder ao 1º outorgante, a título gratuito, o seu pavilhão para os eventos que este aí pretenda realizar. -----

## 4ª

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas até ao dia 5 de cada mês, sendo a primeira tranche paga até ao dia 8 de Fevereiro, liquidando de forma retroativa o mês de Janeiro de 2015. -----

## 5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes. -----

## 6ª

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas. -----

7ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias. -----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitadas acerca da execução do protocolo. -----

8ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser. -----

2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo. -----

## 15. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA "A LUZERNA". -----

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e a Associação Cultural e Desportiva "A Luzerna". -----

A Câmara, por unanimidade, considerando que, as atividades culturais e desportivas levadas a cabo pela Associação Cultural e Desportiva A Luzerna surtem interesse a nível municipal; Considerando o interesse na manutenção e promoção das atividades de índole cultural e desportiva desenvolvida no Município de Cuba, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba à Associação Cultural e Desportiva A Luzerna, para que esta possa levar a efeito a sua atividade cultural e desportiva. -----

2ª

1. O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 750,00, sendo respeitante na íntegra a verbas correntes e destina-se a custear as despesas decorrentes da sua atividade. -----

2. O apoio financeiro referido nº anterior é distribuído da seguinte forma: -----

a) € 400 destinados à equipa Federada de Futsal; -----

b) € 100 para realização do Baile Tradicional de Máscaras; -----

c) € 100 para a atividade de "Jogos sem Fronteiras"; -----

d) € 150 para a realização da Semana Cultural. -----

3ª

1. O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas. -----

2. O 2º outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante, de acordo com as suas solicitações. -----

4ª



O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno. -----

5ª

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes. -----

6ª

O 1º outorgante compromete-se ainda a dar apoio logístico às atividades desenvolvidas pelo 2º outorgante, designadamente apoio na divulgação, apoio em material e equipamentos, sempre haja disponibilidade para o efeito. -----

7ª

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas. -----

8ª

1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias. -----

2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitadas acerca da execução do protocolo. -----

9ª

1. A entrada em vigor do presente protocolo e o pagamento do respetivo apoio financeiro fica condicionado à regularização da dívida que o 2º outorgante tem para com o 1º outorgante. -----

2. Após a sua entrada em vigor, o presente protocolo vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser. -----

3. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo. -----

**16. CEDÊNCIA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS APRESENTADO PELA CERCITOP, CRL – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 05.03.2014. CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE PARCELA AUTÓNOMA DE 8.000M2. APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS QUE INTEGRARÃO O CONTRATO/PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE AS PARTES. -----**

Foi presente à Câmara o contrato/protocolo a celebrar entre o Município de Cuba e a CERCITOP, Cooperativa de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Económico e Social de todo o país, CRL,. -----

A Câmara, por unanimidade: -----

Considerando que, as instituições particulares de solidariedade social desenvolvem inquestionavelmente serviços cujo atividade é manifestamente de interesse municipal, porquanto se assumem como organizações que contribuem ativamente não só para o desenvolvimento social, mas também, e de forma relevante, para o desenvolvimento económico, uma vez que geram a criação de diversos postos de trabalho, fator que pelo fenómeno da interioridade, agravado por uma conjuntura económico-financeira desfavorável assume uma mais-valia quer na fixação de população, quer na criação de riqueza local; -----

H.  
AK  
SB.  
Pino  
/el  
Helo



Considerando que a CERCITOP, Cooperativa de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Económico e Social de todo o País, CRL, é uma entidade com provas dadas na área social em diversas zonas do país, em particular no apoio a pessoas com deficiência e em idosos, e manifestou forte interesse em estabelecer-se também nesta região porque identificou lacunas na oferta de serviços sociais que julga poder ajudar a colmatar; -----

Considerando que aquela IPSS aposta forte nos tratamentos continuados ao nível das doenças mentais, área em que a região é manifestamente deficitária quer no que concerne às respostas públicas, quer no que concerne às respostas privadas; considerando que a autarquia dispõe de terrenos próprios onde poderá ser instalada uma unidade desta dimensão sem que isso traga acentuados custos para o erário público, nem ponha em causa qualquer outro projeto municipal; -----

Acordando as partes, Câmara Municipal e CERCITOP, reconhecer a importância, a oportunidade e o interesse no desenvolvimento de um projeto desta natureza, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

#### Cláusula Primeira

##### (Objeto)

1.º - O presente protocolo visa definir e regular as condições em que o Primeiro Outorgante **cede a título gratuito o direito de superfície do terreno** adiante melhor identificado do qual é legítimo proprietário, ao Segundo Outorgante, para os fins exclusivos aqui consignados. -----

2.º - O terreno agora cedido em **direito de superfície apenas pode ter como uso a construção de edificação de raiz e respetivo apetrechamento de instalações destinadas a uma unidade de cuidados continuados de saúde mental**; um centro de atividades ocupacionais para pessoas com deficiência e um Lar residencial para pessoas com deficiência. -----

#### Cláusula Segunda

##### (Localização e Descrição do prédio a ceder)

O Prédio Urbano, **sobre o qual irá incidir a cedência do direito de superfície consignado no presente documento, tem a área bruta de 8.000m2, sito em UOP do Parque Empresarial, destinado a serviços**, confinando com o CM 1008, com a Circular Externa de Cuba e com prédio Urbano propriedade do Município de Cuba, na freguesia e concelho de Cuba, descrito na Conservatória do Registo Predial de Cuba sob o n.º XXXX, e inscrito na matriz cadastral sob o artigo n.º XXXXX. -----

#### Cláusula Terceira

##### (Termos e condições da cedência)

1 - O direito de superfície **será constituído pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, a contar da data da celebração do contrato de constituição do direito de superfície**, por documento particular autenticado ou escritura notarial, por opção das partes, prazo esse que poderá ser prorrogado por iguais períodos por acordo entre os outorgantes, sendo condição dessa prorrogação dar ao imóvel fins idênticos ou similares aos agora contratualizados. -----

2.º - Será da responsabilidade da **Segunda Outorgante todos os custos inerentes aos projetos, à edificação, equipamentos, manutenção e bom funcionamento da infraestrutura**, ficando o Primeiro Outorgante vinculado pelo prazo de um ano à

Handwritten notes and signatures in blue ink, including "H2", "SF", and several illegible signatures.



informação prestada em sede do Direito de Informação Prévia emitida a propósito da edificação pretendida.-----

3.º - Uma vez na posse do terreno **o Segundo outorgante dispõe do prazo de vinte e quatro meses para iniciar a construção e sessenta meses para a conclusão da obra e** entrada em funcionamento do equipamento. -----

4.º - Os **prazos previstos no n.º anterior poderão**, por motivos devidamente fundamentados a apresentar pelo Segundo Outorgante, **ser prorrogados por uma só vez em períodos idênticos aos agora estipulados.** -----

5º. Em caso de não renovação do direito de superfície findo o prazo previsto no ponto 1.º supra, o superficiário receberá uma indemnização igual ao valor real do imóvel, deduzido do respetivo valor do terreno, calculado nos termos do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro ou de outro diploma que venha a ser aprovado e que o tenha revogado, devendo essa reversão ser formalizada mediante celebração de documento similar ao estipulado no ponto 1.º da presente cláusula. -----

6.º - Em caso de não cumprimento dos prazos de construção previstos nos pontos 3 e 4 o terreno a ceder em direito de superfície reverterá a favor do primeiro outorgante, com todas as benfeitorias sem direito a qualquer indemnização, mediante celebração de documento similar ao estipulado no ponto 1.º da presente cláusula. -----

7.º - Previamente à situação enunciada no ponto 6, sempre que o superficiário não cumpra os prazos previstos para início da construção ou para a conclusão da construção, a título de contrapartida pela cedência do direito de superfície, o Município notificá-lo-á da ocorrência da situação de incumprimento e concederá prazo para se pronunciar, nos termos da lei em vigor à data. -----

8.º - Caso o Município não aceite a justificação apresentada para a situação de incumprimento e não conceda prazo adicional, os órgãos municipais poderão deliberar a extinção do direito de superfície, com a consequente reversão do terreno conforme previsto no ponto 6. -----

9. Caso o superficiário se recuse a celebrar o documento particular autenticado ou a escritura de extinção do direito de superfície na data marcada pelos serviços municipais, as partes obrigam-se a recorrer à arbitragem, nos termos da lei, no prazo de 30 dias a contar da data de recusa da extinção voluntária do direito de superfície, que determinará da existência ou não de situação de incumprimento que determine a reversão, cabendo os custos com tal diligência à parte à qual não for dada razão. -----

#### **Cláusula Quarta**

##### **(Outras obrigações assessórias do segundo outorgante)**

1.º - A Segunda Outorgante compromete-se a garantir que 80% dos postos de trabalho a criar sejam preferencialmente ocupados por residentes do concelho, salvo se, no concelho não houver, para cada caso específico, nenhum técnico na área ou com a qualificação que o posto de trabalho exige. -----

2.º - Sem prejuízo das disposições legais em vigor, a Segunda Outorgante, compromete-se a dar prioridade a utentes residentes no concelho. -----

3.º - Sem prejuízo do dever de sigilo, até conclusão das obras e à abertura da infraestrutura aos utentes a CERCITOP deve, trimestralmente, informar o primeiro outorgante sobre o desenrolar do projeto. -----

4.º - À segunda outorgante é expressamente vedada a possibilidade de alienar a terceiros, gratuita ou onerosamente, o direito de superfície a conceder ao abrigo do

Inte.  
[Assinatura]

[Assinatura]  
[Assinatura]



presente documento, salvo se houver concordâncias expressa do primeiro outorgante em resultado dessa alienação resultar objeto contratual análogo ao agora outorgado. -

#### **Cláusula Quarta**

##### **(Outras obrigações assessórias do primeiro outorgante)**

1.º - O Primeiro Outorgante compromete-se dentro daquilo que foram as suas possibilidades, a prestar todo o apoio técnico e administrativo quer à instrução dos procedimentos urbanísticos quer à sua boa implementação. -----

2.º - O Primeiro Outorgante compromete-se, sempre que o segundo outorgante o solicite, a divulgar o projeto e o interesse municipal do mesmo junto das instituições públicas nacionais e comunitárias. -----

#### **Cláusula Quinta**

##### **(Lacunas e Omissões)**

Para resolução das lacunas e omissões resultantes do presente documento será aplicável a legislação civil ou administrativa em vigor à data dos factos. -----

#### **Cláusula Sexta**

##### **(Foro Competente)**

Sem prejuízo do disposto no ponto 9 da cláusula terceira, ou na eventualidade do conflito, em função da matéria, ter que ser dirimido em tribunal especial, as partes acordam como tribunal competente para a resolução de qualquer conflito o Tribunal da Comarca de Cuba. -----

#### **Cláusula Sétima**

##### **(Forma e outorga)**

1 - Por estarem de acordo, corresponder à verdade e exprimir a vontade das partes, vai este protocolo ser assinado pelos outorgantes, que rubricarão todas as páginas e nele aporão o em selo em uso em cada uma das instituições, documento que será celebrado em dois exemplares de algo teor e valor, ficando cada um na posse de um cada um dos outorgantes. -----

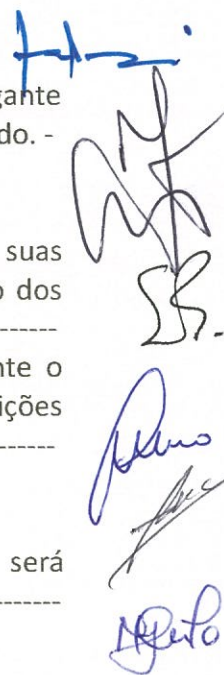
2 - A fazer-se uso da figura jurídica de documento particular autenticado, será o presente documento lido e explicado às partes pela Oficial Pública da Autarquia, designada para o efeito por despacho do Presidente da Câmara datado de XXX, a Técnica Superior Jurista - Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião que também outorgará a totalidade dos documentos. -----

#### **17. REDUÇÃO DE TRABALHADORES NAS AUTARQUIAS LOCAIS. OS RESULTADOS OBTIDOS PELO MUNICÍPIO DE CUBA COM AS REGRAS APLICADAS AO ANO DE 2014, POR FORÇA DA LEI Nº 83-C/2013, DE 31/12. AS NORMAS APLICÁVEIS AO ANO DE 2015. OBRIGATORIEDADE OU NÃO DE EXISTIR REDUÇÃO. POSSIBILIDADE OU NÃO, DE EXISTIR ACRÉSCIMO DE PESSOAL. -----**

Foi presente à Câmara, Informação nº 03/2015 do Chefe da Divisão de Gestão Municipal, relativa aos resultados obtidos no ano 2014 em sede de redução de trabalhadores nas autarquias locais bem como sobre as normas aplicáveis ao ano 2015 sobre a mesma matéria e a obrigatoriedade ou não de existir redução ou acréscimo de pessoal. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação delibera tomar conhecimento do seguinte: -----

**1.º - Foram cumpridas as exigências efetuadas pelo legislador no que concerne à redução de pessoal no ano civil e económico de 2014, porquanto** houve uma redução





efetiva de 15 pessoas entre 2013 e 2014, das quais sete foram relevantes para a redução prevista na lei (três conseguidos na Câmara Municipal e quatro na empresa municipal); -----

2.º - A redução é de sete trabalhadores e não de quinze porque as AEC's, por força da lei, não eram consideradas para a redução, visto terem um regime especial. Por acordo entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas do Concelho, este último passou a assumir essa função no ano letivo 2014/2015. -----

3.º - Como a redução exigida pelo legislador era de três pessoas, atingiu-se a meta definida na lei porquanto saíram sete pessoas, nunca descurando que aqui se inclui também a empresa municipal. Por tal razão, ao Município de Cuba não será aplicável qualquer sanção no decurso de 2015. -----

4.º - No que concerne à gestão de 2015 existem quatro situações distintas que podem ocorrer nos municípios, a saber: -----

4.1.º - A mais penalizadora que obrigará o município a reduzir o n.º de trabalhadores em 3%. Situação aplicável aos municípios que se encontrem em situação de **rutura financeira**, de acordo e nos moldes enunciados na informação a páginas dois; -----

4.2.º - A difícil que obrigará o município a reduzir o n.º de trabalhadores em 2%. Situação aplicável aos municípios que se encontrem em situação de **saneamento financeiro**, de acordo e nos moldes enunciados na informação a páginas dois; -----

4.3.º - A regra geral, que até legitima a **possibilidade dos municípios aumentar o n.º de trabalhadores**, desde que essa medida não aumente o valor global das despesas com pessoal. Esta medida é aplicável aos municípios que tendo as suas contas equilibradas, **no exercício de 2014 tenha registado despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante igual ou superior a 35 % da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios**; -----

4.4.º - A excecional, que permite a **possibilidade dos municípios aumentar o n.º de trabalhadores**, aumentando também o valor global das despesas com pessoal, numa margem máxima de 20%. Esta medida é aplicável aos municípios que tendo as suas contas equilibradas, **no exercício de 2014 tenha registado despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante inferior a 35 % da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios**; -----

5.º - O município de Cuba com a situação controlada encontra-se na regra geral, uma vez que a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios – 2012, 2013 e 2014 é de **4.055.399,18€** (quatro milhões e cinquenta e cinco mil trezentos e noventa e nove euros e dezoito cêntimos), tendo o Município no ano de 2014 gasto com Recursos Humanos o correspondente a **2.093.007,89€** (dois milhões noventa e três mil e sete euros e oitenta e nove cêntimos), o que corresponde a **51% da média da receita corrente dos últimos três anos**. -----

6.º - Como por força do n.º 5 do art.º 62.º da Lei n.º 82-C/2014, de 31 de dezembro, as despesas efetuadas no decurso de 2014 com competências que nos foram transferidas da Administração Central na área da Educação não são relevantes para o apuramento desta percentagem e esse montante atingiu o valor global de **110.138,06€**, não tendo nós arrecadado receita em montante igual via transferência do MNE, poder-se-á dizer que as nossas despesas com pessoal ainda que aproximadas, não atingem os 50% da receita líquida dos três últimos exercícios. -----

7.º - Registrar que ainda assim, acima dos 35% que nos permitiria aumentar as despesas com pessoal no decurso de 2015. No entanto, sabendo nós a escassez das

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.



nossas receitas correntes e o peso que o emprego público tem nas diversas regiões do interior onde a iniciativa privada está debilitada, estes números não são preocupantes e a aumentar um pouco a receita nos próximos anos, é de todo sustentável, principalmente se verificarmos a questão numa perspectiva da coisa pública, do bem servir as populações numa ótica em que o lucro não é o fim último, mas sim a satisfação das necessidades dos contribuintes que não podem e não devem ser arredadas da esfera pública. -----

8.º - Dos presentes dados dar conhecimento à Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de fevereiro de 2015. -----

#### **18. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS DO CONCELHO DE CUBA. ----**

Foi presente à Câmara o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Cuba e a Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do concelho de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando o relevante interesse a nível municipal das atividades desenvolvidas pela Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do concelho de Cuba, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art. 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, aprovar o referido protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

##### **1ª**

O presente Protocolo de Colaboração tem por objeto disciplinar a concessão do apoio financeiro a conceder pelo Município de Cuba à Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do concelho de Cuba, para que esta possa levar a efeito a sua atividade. -----

##### **2ª**

O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 300 sendo respeitante na íntegra a verbas correntes, que será atribuído pelas diversas atividades a desenvolver no ano de 2015. -----

##### **3ª**

O 2º outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas. -----

##### **4ª**

O 1º outorgante compromete-se a entregar ao 2º outorgante as verbas devidas em tempo oportuno. -----

##### **5ª**

O 2º outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do corrente ano, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes. -----

##### **6ª**

O incumprimento pelo 2º outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas. -----

##### **7ª**

H-2  
SB  
Puro  
Gente



1. Compete ao 1º outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias. -----
2. O 2º outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitadas acerca da execução do protocolo. -----

8ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por iguais períodos se nenhuma das partes a tal se opuser. -----
2. Compete ao 1º outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo. -----

**19. CERCITOP, CRL. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO DE APOIO SOCIAL. -----**

Vem a CERCITOP, CRL submeter a informação prévia, o pedido de viabilidade de construção de uma unidade de apoio social, a edificar na UOP6 do Parque Empresarial cujo projeto é objeto de Protocolo com a autarquia. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 17/2015 do Serviço de Urbanismo delibera emitir parecer favorável à aprovação do projeto, condicionado à verificação dos requisitos explanados na informação técnica aguardando-se o desenvolvimento do projeto de modo mais detalhado ficando o conteúdo da presente informação prévia valido pelo prazo de um ano a contar da data de notificação e vinculativo por igual prazo, para efeitos de posterior apresentação de licença ou comunicação prévia. -----

Na presente deliberação e para efeitos futuros no que concerne ao vínculo destaque-se expressamente o seguinte:-----

No que respeita à disponibilização de infra-estruturas importa salientar que o prédio, embora se localize em área urbanizável, não dispõe de redes públicas, **havendo no entanto a possibilidade de serem realizadas pelo promotor** em condições a acordar com a autarquia e com as concessionárias, nomeadamente a EDP e PT; -----

Para esse efeito, e porque o estudo preliminar apresentado é omissivo no que respeita à tipologia, natureza específica do empreendimento, capacidade, áreas úteis, volumetrias, dimensionamento das necessidades de águas e saneamento, eletricidade, gás e de telecomunicações, **remete-se a definição destes pressupostos para a fase posterior do projeto**, sugerindo-se a articulação com os serviços técnicos da autarquia, que estão inteiramente disponíveis para os esclarecimentos e sugestões necessárias. --

**20. CP – EOP N.º 04/2014 - CONCURSO PÚBLICO INERENTE À REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA. APRESENTAÇÃO DE DÚVIDAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS POR PARTE DOS INTERESSADOS (APRESENTADAS POR SETE INTERESSADOS NA PLATAFORMA ACINGOV). APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ESCLARECIMENTOS ELABORADA PELO JÚRI POR PARTE DO ÓRGÃO INDICADO PARA TAL EFEITO NO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO – CÂMARA MUNICIPAL. PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DE OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO POR PARTE DO DONO DE OBRA. -----**

Foi presente à Câmara a Informação nº 04/2015 do Chefe da Divisão de Gestão Municipal referente a uma proposta de esclarecimentos no âmbito do Concurso Público nº 04/2014 inerente à Requalificação e Ampliação do Quartel dos Bombeiros



Voluntários de Cuba que tem por base a apresentação de dúvidas e pedidos de esclarecimentos por parte dos interessados. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação delibera: -----

**1.º** - Registrar que foram entregues sete pedidos de esclarecimentos e dúvidas dentro e fora do prazo, mas todos aqui considerados; -----

**2.º** - Ao abrigo do art.º 50.º n.º 2 do CCP **aprovar as propostas de esclarecimentos apresentadas pelos elementos do júri** que constam do doc. n.º 4 que passam a fazer arte integrante da presente deliberação; -----

**3.º** - Ao abrigo do n.º 3 do art.º 50.º do CCP **responder às omissões apresentadas mediante a aprovação do mapa de quantidades revisto e nele integrado todas as vertentes postas a concurso, bem como as peças desenhadas que lhe estão conexas**, que constam do documento n.º 4 anexo à presente deliberação; -----

**4.º** - Ao abrigo do art.º 64.º do CCP, e no que concerne ao prazo do concurso e consequentemente da data limite para apresentação de propostas, **para que as deliberações agora a remeter possam ser devidamente assimiladas pelos interessados determinar o alargamento do prazo em quatro dias**, porquanto não falamos de alterações de aspetos fundamentais da peças do procedimento, mas tão só de incapacidade de a elas aceder. -----

**4.1.º** - Registrar que por força da deliberação no ponto 4.º, **a data limite para apresentação de propostas é fixada nas 23h59m do dia 20 de fevereiro**. Deste modo serão considerados os doze dias de suspensão, acrescidos de 4 dias de prorrogação, num total de dezasseis dias seguidos. -----

**4.2.º** - Sendo legítimo a apresentação de erros e omissões até ao 5/6 do prazo as mesmas poderão ser entregues até Às 23h59m do dia 13 de fevereiro de 2015. -----

**5.º** - Determinar hoje, dia 04 de fevereiro sejam notificados através da plataforma ACINGOV os interessados dando-lhes conhecimentos das especificidades deliberadas nos pontos 1.º a 4.º. -----

## **21. CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE VILA ALVA – REALIZAÇÃO DE BAILE DE CARNAVAL – EMISSÃO DE LICENÇA DE RUÍDO E ISENÇÃO DE TAXAS.....**

Vem o Centro Cultural e Desportivo de Vila Alva manifestar a Intenção de realizar um baile de carnaval no próximo dia 14 de fevereiro, no respetivo salão do Centro Cultural no horário compreendido entre as 21h do dia 14 e as 2h00m do dia 15 de fevereiro. Para tal solicita a emissão da licença de ruído, bem como a isenção das respetivas taxas.-----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a deliberação tomada no período de antes da ordem do dia da reunião de Câmara de 05 de fevereiro de 2014 sobre a isenção do pagamento de taxas no período das festividades carnavalescas, delibera atender a pretensão do requerente, concedendo a licença especial de ruído, devendo o requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído. -----

Mais delibera a Câmara, também por unanimidade, informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o município. -----

## **OBRAS PARTICULARES. -----**

## **PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----**

## **22. MONICA DINIZ PEREIRA. PROCESSO N.º 29/2013. -----**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



Pedido de licença especial para acabamentos no prédio sito na Rua 25 de Abril, nº 11, em Vila Alva. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 1, do art.º 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, delibera emitir a licença especial para acabamentos pelo prazo de 3 meses de acordo com a pretensão do requerente. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12:45 horas. -----

E eu, Maria Jacinta Cardoso Grilo, Técnica Superior da Câmara Municipal de Cuba, designada para secretariar as reuniões do órgão executivo na ausência do trabalhador a quem incumbem essas funções, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

A Técnica superior,

